

Primeiro acabamos com a guerra, depois reabrimos as fábricas | Carta semanal 51 (2025)



Samson 'Xenson' Ssenkaaba (Uganda), *Matoke Farmer*, 2016.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Em meados de novembro de 2025, em uma conferência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) na Arábia Saudita, Basher Abdullah, consultor do Ministério da Indústria e Comércio do Sudão, **disse** que “primeiro, precisamos acabar com a guerra. Depois, temos que reabrir as fábricas”. Seu comentário foi sobre a terrível **guerra civil** do Sudão, mas poderia ter sido sobre muitos países do Sul Global que estão em meio a uma guerra militar ou comercial. Para essas nações mais pobres, o desenvolvimento foi deixado de lado em favor de ameaças mais imediatas. No entanto, além do horizonte das armas e da extorsão, existe a necessidade de imaginar futuros possíveis.

A conferência da Unido reconheceu que a industrialização é “essencial para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [da ONU]” e que, para isso, é necessário “um novo acordo industrial”. Um **sumário político** da Unido de abril de 2025 identifica muitos obstáculos à industrialização no Sul Global, incluindo *déficits* de infraestrutura, capacidade tecnológica e científica limitada, falta de trabalhadores altamente treinados e redes logísticas fracas, incluindo infraestrutura digital. O resumo também observa as “megatendências” que o Sul Global precisa acompanhar e se adaptar, como a digitalização e o surgimento da inteligência artificial, a reconfiguração das cadeias de valor globais, a transição energética e as mudanças demográficas. Essas tendências, segundo o resumo, representam riscos e oportunidades. Mas onde as nações mais pobres conseguirão o investimento para infraestrutura, novas habilidades e indústrias mais limpas? Como eles poderão superar os modelos industriais mais antigos e mais poluentes e se integrar às cadeias de produção modernas?

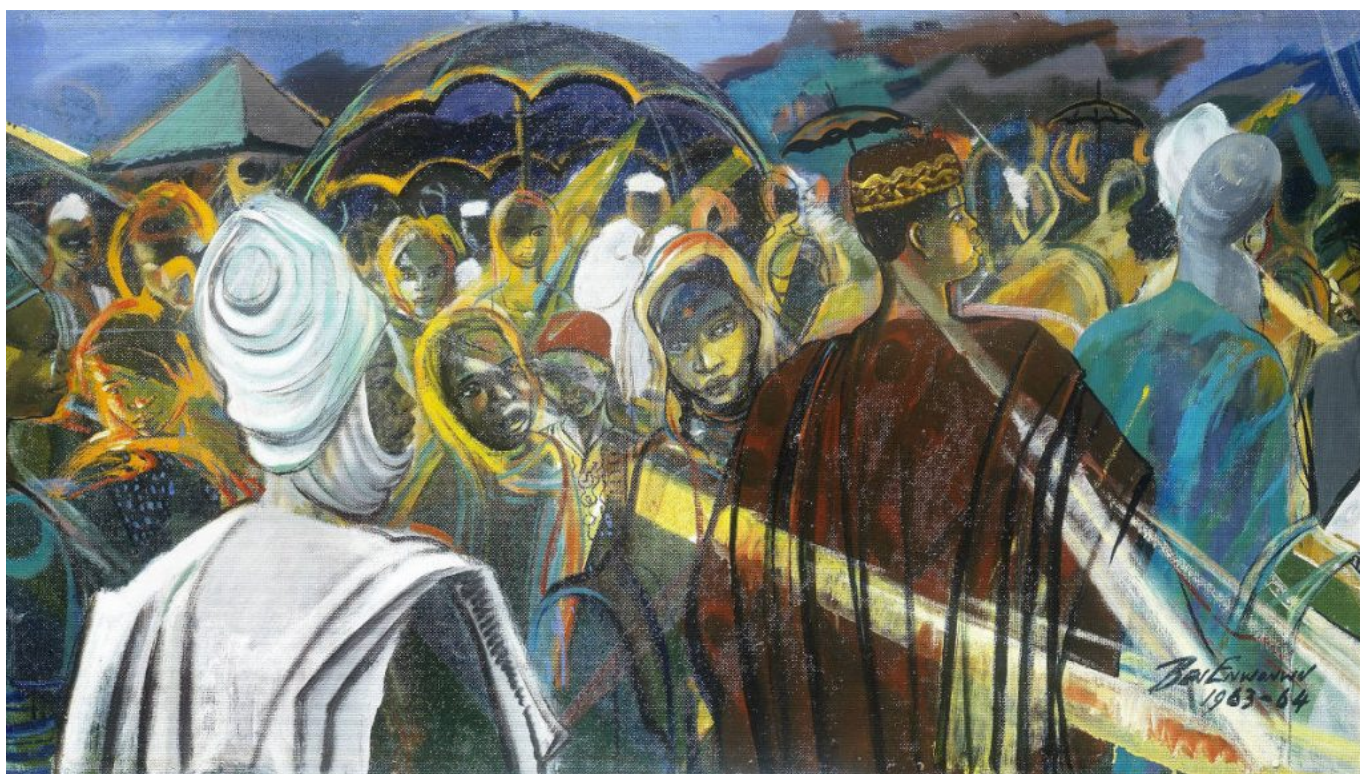


Gerard Sekoto (África do Sul), *Song of the Pick*, 1946-1947.

Conferências como a da Arábia Saudita raramente refletem sobre as restrições enfrentadas pelas nações mais pobres e a desindustrialização estrutural que elas sofreram. A desindustrialização no Sul Global não é acidental nem o produto de “ineficiências internas”, como **argumentam** os economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI). É um resultado direto da crise da dívida do Terceiro Mundo que eclodiu no início da década de 1980 e dos programas de ajuste estrutural (PAE) aplicados pelo FMI e pelo Banco Mundial nas décadas de 1980 e 1990. Na década de 1980, por exemplo, as políticas do FMI forçaram reduções de tarifas que deixaram as fábricas têxteis e de vestuário de Gana à mercê de importações baratas, fazendo com que o outrora próspero cinturão industrial de Acra **entrasse em colapso**. Na Zâmbia, na década de 1990, os PAE levaram à privatização dos setores que abasteciam as minas de cobre, **desmantelando** fundições de fabricação local, oficinas mecânicas e fábricas de produtos químicos que formavam a base industrial no Cinturão de Cobre. No cinturão industrial do **ABC** brasileiro, no estado de São Paulo, e nos corredores **manufatureiros** da Grande Buenos Aires, a austeridade da era da dívida, as desvalorizações da moeda e a rápida liberalização do comércio nas décadas de 1980 e 1990 levaram as fábricas de automóveis, metalurgia e têxteis a eliminar empregos, fechar ou mudar de local, pois os mercados foram abertos a importações mais baratas. Em todo o

Sul Global, as economias periféricas que começaram a se industrializar foram empurradas de volta para um padrão familiar de exportação de matérias-primas e importação de produtos manufaturados — a própria estrutura da economia neocolonial.

Também não se dá muita atenção à violência — de guerras e sanções — que desestabiliza os Estados soberanos e tira dos trilhos as aspirações industriais das nações mais pobres. O conflito destrói a infraestrutura industrial e fragmenta e desmoraliza a classe trabalhadora, ambos essenciais para o desenvolvimento. Apenas alguns países do Sul Global conseguiram se defender contra esses ataques à sua soberania e desenvolver sua capacidade industrial. O exemplo mais notável é o de Cuba, que conseguiu desenvolver sua capacidade industrial em biotecnologia, equipamentos médicos e produtos farmacêuticos apesar de um bloqueio brutal de seis décadas — um caso de industrialização socialista sob cerco. O Vietnã é outro exemplo: apesar de ter sido devastado por guerras imperialistas, o país conseguiu se recuperar graças à política industrial dirigida pelo Estado, que desenvolveu a capacidade de produção em têxteis, eletrônicos e construção naval. O exemplo mais bem-sucedido, obviamente, é o da China, que usou o planejamento estatal, a governança descentralizada e a propriedade pública dos principais setores da economia — inclusive finanças e tecnologia — para construir uma potência industrial e tirar 800 milhões de pessoas da pobreza extrema nas últimas quatro décadas. Em conjunto, essas experiências contradizem todas as receitas neoliberais desenvolvimentistas dadas às nações mais pobres do Sul Global.



Ben Enwonwu (Nigéria), *Sinfonia Nigeriana*, 1963-1964.

A política industrial não é apenas um exercício técnico, mas também político. Trata-se de criar as condições para o desenvolvimento industrial por meio da afirmação da soberania e do direito ao desenvolvimento e da construção do poder da classe trabalhadora por meio da luta de classes.

Um “novo acordo industrial” não pode ser implementado se um país for sistematicamente prejudicado pela austeridade imposta pelo FMI, por corporações multinacionais que dominam a extração e a exportação de matérias-primas e pela violência de guerras e sanções. Juntas, essas forças destroem a infraestrutura produtiva, reduzem a capacidade do Estado e produzem um campesinato e uma classe trabalhadora precária e politicamente enfraquecida, minando os processos democráticos e impossibilitando o planejamento. A menos que haja soberania, não poderá haver um novo acordo industrial.

Nos últimos anos, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social está elaborando uma **Nova teoria de desenvolvimento para o Sul Global**. Dentro dessa estrutura, identificamos as seguintes condições prévias para a industrialização:

1. **Trabalhadores como planejadores centrais.** O planejamento deve ser democratizado, como no estado indiano de Kerala, que em 1996 lançou a People’s Plan Campaign for Decentralised Planning [Campanha do Plano Popular para o Planejamento Descentralizado]. A industrialização não pode ser realizada a menos que o planejamento inclua contribuições de organizações de trabalhadores e camponeses e outros órgãos populares enraizados nas comunidades locais.
2. **Restaurar a soberania.** As guerras devem acabar, as sanções devem ser suspensas e os governos devem ter espaço para desenvolver a capacidade estatal de planejamento de longo prazo, incluindo investimentos em infraestrutura, transporte e logística que possam conectar produtores e consumidores em todas as regiões e reduzir os custos de desenvolvimento.
3. **Superar a dependência.** Para superar a dependência, a política estatal deve ser capaz de proteger as indústrias nacionais usando tarifas e subsídios, regular as finanças por meio de controles de capital e garantir a transferência de tecnologia e conhecimento. Isso permitirá que os países passem de economias exportadoras de matérias-primas para economias baseadas em manufatura doméstica diversificada.
4. **Expansão da propriedade pública.** Os setores estratégicos da economia, como terra, finanças, energia, minerais, transporte e bens de capital, devem ser controlados publicamente para garantir que operem para o desenvolvimento nacional e não para o lucro privado. Empresas e instituições do setor público, como Meng Jie e Zhang Zibin, **demonstraram** como o setor de alta tecnologia da China pode competir e criar um mercado público que aumente a eficiência.
5. **Construindo a cooperação Sul-Sul.** Os países da África, Ásia e América Latina devem aumentar a cooperação – revivendo o Espírito de Bandung — a fim de romper o papel das empresas e estruturas monopolistas ocidentais nas áreas de finanças e tecnologia.



Chéri Benga (RDC), *Commerçant à la criée* (Leiloeiro), 2010.

Há uma década, no Fórum de Cooperação China-África (Focac) de 2015, em Joanesburgo, África do Sul, o governo chinês e cinquenta governos africanos discutiram o problema do desenvolvimento econômico e da industrialização. Desde 1945, a questão da industrialização africana tem sido discutida, mas não avançou devido à estrutura neocolonial que impediu qualquer transformação estrutural séria. Os países mais industrializados do continente africano são a África do Sul, o Marrocos e o Egito, mas o continente inteiro é **responsável por menos** de 2% do valor agregado da manufatura mundial e apenas cerca de 1% do comércio global de manufaturas. É por isso que foi tão importante para o Focac colocar a política industrial no centro de sua agenda; sua **Declaração de Joanesburgo** afirmou que “a industrialização é um imperativo para garantir o desenvolvimento independente e sustentável da África”. A capacidade industrial da China seria colocada a serviço da necessidade de industrialização da África por meio da criação de *joint ventures*, parques industriais, um fundo de cooperação e mecanismos de transferência de tecnologia e ciência. O comércio entre a África e a China **aumentou** de 10 bilhões em 2000 para 282 bilhões de dólares em 2023. Em 2024, o governo chinês **atualizou** seu relacionamento com os países africanos para “parcerias estratégicas”, possibilitando maior cooperação. Agora temos um caso de teste para saber se a cooperação Sul-Sul pode gerar uma industrialização soberana que rompa com os antigos padrões de pilhagem e dependência. Por fim, os governos, os trabalhadores e os movimentos africanos terão de usar esses laços como instrumentos de desenvolvimento, em

vez de permitir que eles se tornem mais um regime de intercâmbio desigual.



Eliane Aïssou (Benin), *Hope VII*, 2020.

O que está em jogo em todos esses debates sobre a industrialização é uma questão simples: os recursos do Sul Global serão usados para enriquecer alguns poucos ou para sustentar a vida de muitos? Ler sobre o Focac me fez lembrar do poeta nigeriano Niyi Osundare (nascido em 1947), cujo livro *The Eye of the Earth* [O olho da Terra] (1986) inclui poemas poderosos sobre o relacionamento da humanidade com a natureza. Um poema dessa coletânea — “Ours to Plough Not to Plunder” [A nossa terra é para ser arada, não para ser saqueada.] — tornou-se tão icônico que foi ensinado a gerações de crianças nigerianas em idade escolar, apesar da repressão do governo militar que assumiu o poder em 1983. Aqui estão as duas últimas estrofes:

Nossa Terra é um celeiro fechado,
um celeiro movimentado em uma selva distante e desconhecida
uma gema distante em uma poeira áspera e infeliz.

Esta terra é
nossa para trabalhar, não para desperdiçar
é nosso para o homem não mutilar.
Esta terra é nossa para ser arada, não para ser saqueada.

Cordialmente,

Vijay